

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA - COFECON
COMISSÃO DE POLÍTICA ECONÔMICA E DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Série Estudo das Desigualdades Regionais

BREVE RADIOGRAFIA DO MERCADO DE
TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL
COMPARATIVAMENTE ÀS PRINCIPAIS
REGIÕES METROPOLITANAS DO PAÍS:
MUDANÇAS PROFUNDAS EM CURSO

Brasília, fevereiro de 2012

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro manteve, em 2011, sua trajetória de franca melhoria, que vem desde 2003. O panorama positivo foi observado em todo o país, com aumento nos níveis de ocupação, ampliação da formalização e expressiva redução da taxa de desemprego, aos menores níveis dos últimos 20 anos.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada pelo IBGE, a taxa média de desemprego em 2011 nas seis regiões metropolitanas pesquisadas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife) foi de 6%, a menor desde 2002, quando a PME teve sua metodologia reformulada. A taxa mensal em dezembro do ano passado foi de apenas 4,7%, também a menor da série histórica.

Números similares foram apresentados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo DIEESE em parceria com os órgãos estaduais de pesquisa e estatística.

Os dados relativos a taxa de desemprego refletem mudanças substantivas no padrão demográfico brasileiro, com uma forte desaceleração no crescimento da População em Idade Ativa (PIA) nos últimos anos, implicando em decréscimo no ritmo de expansão da População Economicamente Ativa (PEA), o que, combinado com a criação de novos empregos, tem resultado em sensível redução da taxa de desemprego (Quadro 01).

Quadro 01: Variação relativa e absoluta de indicadores do mercado de trabalho nas regiões pesquisadas pela PED em 2011 em relação a 2010

Região	(em %)				(em milhares)			
	PIA	PEA	OCUP.	DES.	PIA	PEA	OCUP.	DES.
S. Paulo	1,3	0,3	1,9	- 11,5	217	35	181	- 146
B. Horizonte	1,3	- 1,3	0,3	- 17,9	57	- 31	6	- 37
P. Alegre	2,5	1,4	3,0	- 15,3	88	29	56	- 27
Salvador	2,7	- 0,6	0,9	- 8,3	87	- 12	14	- 26
Recife	2,2	2,7	6,0	- 14,6	73	49	92	- 43
Fortaleza (1)	1,9	- 0,3	0,3	- 7,4	59	- 6	5	- 11
DF	3,0	0,2	1,7	- 8,9	65	3	20	- 17

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED; (1) Dezembro/11 sobre dezembro/10

Gráfico 1: Variação relativa de indicadores (Quadro 1)

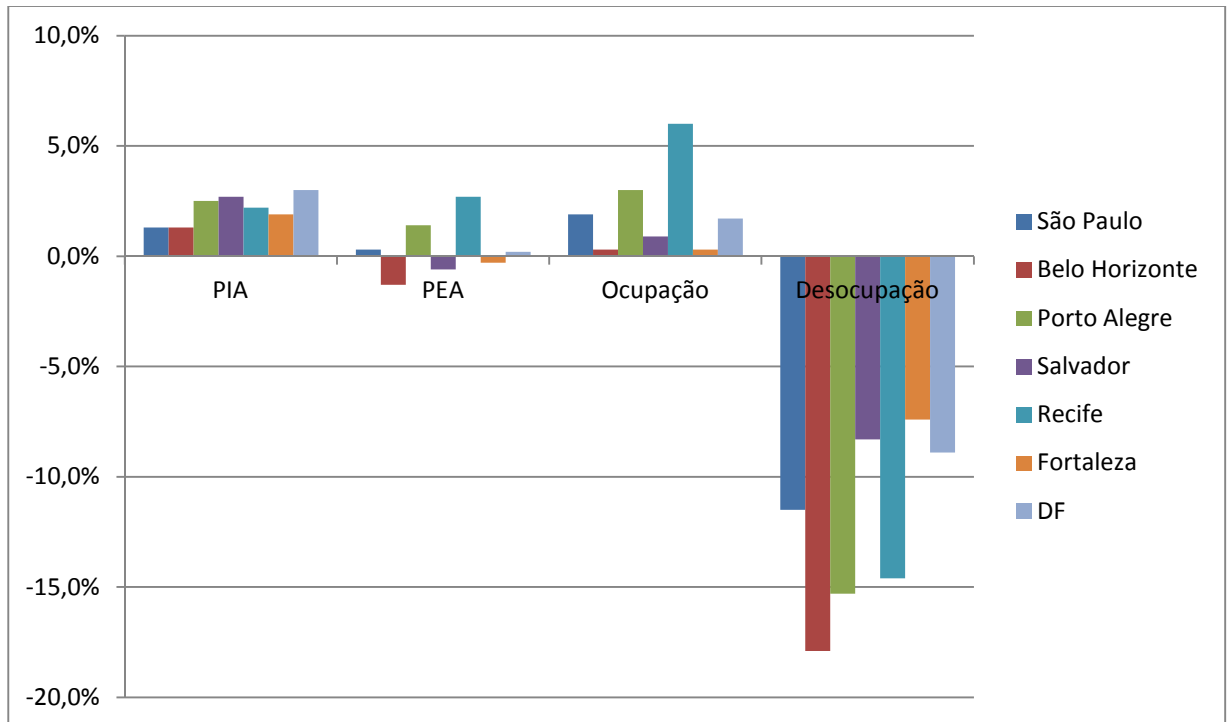
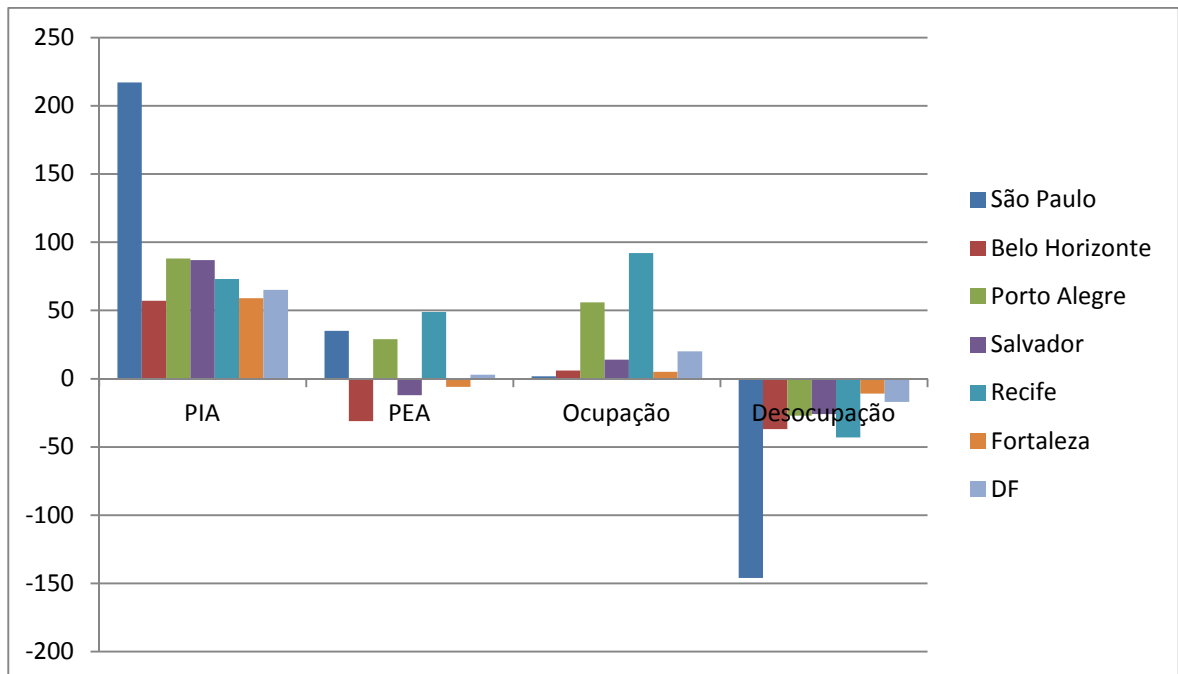


Gráfico 2: Variação absoluta de indicadores (Quadro 2)



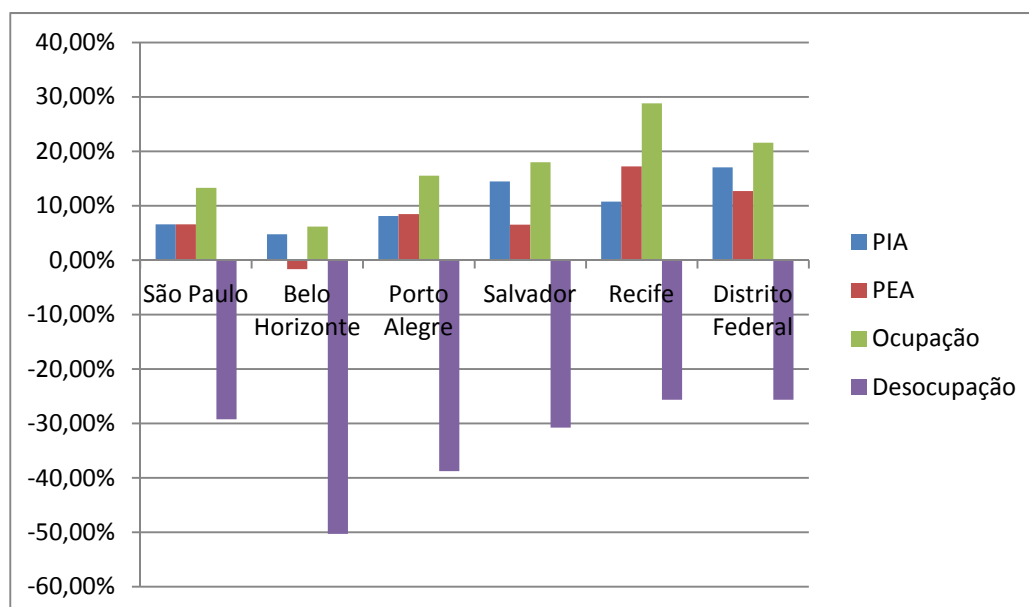
O Quadro 02 apresenta a evolução dos indicadores ao longo do período 2006 a 2011, com resultados bastante diversos para as distintas regiões. Observa-se que o mercado de trabalho do Distrito Federal foi o que teve a menor queda no contingente de desempregados nos últimos 5 anos (- 25,64%), muito embora tenha sido o segundo em geração de novos postos de trabalho (21,56%), superado apenas pela região metropolitana do Recife. Tal situação ocorreu devido ao fato de aqui ter havido a segunda maior expansão da PEA, estimulada por um expressivo crescimento da PIA.

Quadro 02: Variação relativa de indicadores do mercado de trabalho nas regiões pesquisadas pela PED entre 2006 e 2011 (em %)

Região	PIA	PEA	OCUPADOS	DESEMPREGADOS
S. Paulo	6,55	6,55	13,26	- 29,21
B. Horizonte	4,76	- 1,66	6,14	- 50,29
P. Alegre	8,13	8,48	15,49	- 38,78
Salvador	14,46	6,51	18,00	- 30,75
Recife	10,76	17,20	28,79	- 25,66
Fortaleza (1)	nd	nd	nd	nd
DF	17,04	12,69	21,56	- 25,64

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

Gráfico 3: Variação relativa de indicadores conforme o Quadro 2



Seguem os principais aspectos do mercado de trabalho do Distrito Federal e das seis regiões metropolitanas.

RAZÕES DA QUEDA NA TAXA DE DESEMPREGO

No Distrito Federal, a taxa média de desemprego em 2011 foi de 12,4%, a menor média anual desde o início da série em 1992 e a taxa média em dezembro de 2011 foi de 11,0%, a menor taxa mensal desde 1992.

Cabe aqui a ressalva de que a PED/DF não considera o chamado Entorno Metropolitano, que caso fosse contabilizado, aumentaria significativamente a taxa média de desemprego na região.

De todo modo, considerado isoladamente, o Distrito Federal caminha celeremente para se integrar ao grupo de regiões com taxa de desemprego de apenas um dígito.

A análise da série histórica mostra que a taxa média de desemprego de 12,4% em 2011 significou um recuo de 19,5% em relação à taxa verificada em 1992 (15,4%) e de nada menos que 45,9% em relação aos 22,9% verificados em 2003, o ano de pior desempenho do mercado de trabalho no Distrito Federal em toda a série.

Inicialmente, alguns aspectos importantes em relação à taxa de desemprego devem ser ressaltados:

. Forte redução na taxa de desemprego entre os chefes de domicílio, de 12,4% em 2003 para 5,1% em 2011;

. Acentuada redução na taxa de desemprego entre os moradores nas regiões administrativas de menor renda, de 29,5% para 15,2% entre 2003 e 2011, muito embora ela permaneça a maior entre os três grupos da RAs;

. Menor redução na taxa de desemprego entre os jovens (16 a 24 anos), de 40,4% em 2003 para 26,7% em 2011, do que entre as demais faixas etárias.

Quanto às razões para a redução da taxa de desemprego no Distrito Federal em 2011, diferentemente do período entre 2003 e 2010, quando o principal fator foi a geração

de novos postos de trabalho (média de 49 mil novos empregos), no ano passado ela se deveu, sobretudo, a pequena expansão da PEA.

Diferentemente das demais regiões, o fenômeno da redução da PIA não está ocorrendo no Distrito Federal na mesma intensidade, pelo contrário, o que tem chamado a atenção nos dados relativos ao mercado de trabalho da Capital da República é um ritmo ainda alto de crescimento da PIA, acompanhado sim de uma forte expansão da inatividade entre os maiores de 10 anos (aumentos de 5,7% em 2010 e de 8,0% em 2011), resultando numa grande desaceleração no ritmo de crescimento da PEA em 2010 (aumento de 1,6%) e sua quase estagnação em 2011 (aumento de 0,2%), conforme revela o Quadro 03.

Isto significa que não foi a criação de novos empregos o principal fator para a redução em 2011 da taxa de desemprego no Distrito Federal e nas regiões metropolitanas pesquisadas, mas a não entrada (ou mesmo a saída) de milhares de pessoas do mercado de trabalho.

O número de empregos no Distrito Federal em 2011 cresceu somente 20 mil (aumento de 1,7% em relação a 2010), o menor contingente e a menor taxa desde 2003, quando o país teve crescimento econômico nulo e a terceira pior taxa em toda a série histórica, superior apenas às verificadas em 1999 e 2003.

Os motivos que explicam a não entrada ou a saída de milhares de pessoas do mercado de trabalho no Distrito Federal em 2011 ainda estão por ser identificados.

É possível que tal fenômeno tenha ocorrido em virtude do baixa complexidade de nosso mercado de trabalho, altamente dependente da geração de emprego no setor público e no setor de serviços privados, mas também é possível que a baixa geração de novos empregos tenha sido uma decorrência da baixa procura por trabalho, embora a taxa de desemprego ainda elevada sinalize o contrário.

AUMENTO DA OCUPAÇÃO CAPITANEADA PELOS ASSALARIADOS COM CARTEIRA

Repetindo fenômeno nacional de aumento do grau de formalização no mercado de trabalho, a ocupação no Distrito Federal tem sido “puxada” pelo aumento dos postos de trabalho entre os assalariados com carteira de trabalho.

Se entre 1992 e 2011, o número de ocupados aumentou em 97,9%, de 621 mil para 1.229 mil, no segmento de assalariados do setor privado com carteira de trabalho, o contingente saltou de 167 mil para 519 mil, aumento de nada menos que 210,8%, muito acima dos demais segmentos: assalariados do setor privado sem carteira de trabalho (113,3%); autônomos (78,2%) e assalariados do setor público (40,6%).

Considerando o período mais recente, entre 2003 e 2011, o panorama não se modificou, com a ocupação total tendo aumentado em 41,4%, “puxada” pelos assalariados do setor privado com carteira de trabalho (81,5%), seguidos pelos assalariados do setor privado sem carteira de trabalho (31,5%); autônomos (24,0%) e assalariados do setor público (22,0%).

O panorama em 2011, contudo, apresentou uma situação diferente.

FORTE AUMENTO DO NÍVEL DE EMPREGO NO SETOR PÚBLICO EM 2011

Um aspecto absolutamente inusitado ocorreu no mercado de trabalho do Distrito Federal em 2011, em particular a partir de maio, que foi o aumento da participação relativa do setor público (administração pública e serviços públicos) no total de pessoal ocupado.

Historicamente o segmento vem reduzindo sua participação relativa. De 197 mil postos de trabalho no setor público em 1992, quando representavam 31,7% do total de 621 mil pessoas ocupadas, sua participação em 2003 caiu para 26,1% (227 mil num total de 869 mil) e novamente caiu em 2010, para 22,3% (270 mil em 1.209 mil).

Até maio de 2011, manteve-se a tendência de queda, sendo neste mês registrada a participação de 21,7%, com 264 mil empregos num total de 1.219 mil. Surpreendentemente, a partir de então, houve uma reversão desta tendência, e os postos de trabalho gerados no setor público cresceram em exatos 30 mil nos últimos sete meses (aumento de 11,4%), para 294 mil, passando a representar 23,5% do total de 1.253 mil em dezembro de 2011.

O Quadro 04 revela que, de maio a dezembro, houve aumento de 34 mil postos de trabalho no Distrito Federal, sendo que 30 mil no setor público, o que significa

que os postos de trabalho de assalariados no setor privado e de autônomos tiveram aumento de apenas 4 mil.

Houve aumento de 8,5% nos empregos gerados na administração pública, de 188 mil para 204 mil (mais 16 mil), praticamente recuperando o patamar de dezembro de 2010 e aumento de 18,4% nos empregos nos serviços públicos, essencialmente nas áreas de saúde e educação públicas, de 76 mil para 90 mil (mais 14 mil).

Constata-se, portanto, que a taxa de desemprego no Distrito Federal vem caindo desde maio, exclusivamente pelo desempenho do setor público. Não fosse isso, teria ocorrido uma estagnação no estoque de postos de trabalho no Distrito Federal, elevando conseqüentemente o contingente de desempregados, assim como a taxa de desemprego para um nível superior a 13%, contra os 11,0% registrados em dezembro último.

SERVIDOR PÚBLICO “PUXA” AUMENTO DO RENDIMENTO DO TRABALHO

A análise da evolução do rendimento do trabalho em toda a série histórica mostra que o aumento do rendimento médio dos ocupados se deveu, essencialmente, aos elevados aumentos auferidos pelos assalariados do setor público.

Enquanto o rendimento médio em termos reais dos ocupados cresceu em média somente 6,4% entre 1992 e 2011, o aumento entre os servidores públicos foi de 45,9%, seguido de longe pelos autônomos (9,5%) e por uma queda entre os assalariados do setor privado, com e sem carteira (- 5,4%).

Se considerado o período mais recente, entre 2003 e 2011, o rendimento médio dos ocupados cresceu 21,7%, pontuado pelos assalariados do setor público (49,5%), seguido pelos autônomos (34,9%); pelos assalariados do setor privado sem carteira de trabalho (23,7%) e pelos assalariados do setor privado com carteira (9,8%).

No decorrer de 2011, observa-se que o aumento dos rendimentos dos assalariados do setor público tem tido uma enorme importância no processo de recuperação do rendimento médio real do pessoal ocupado no Distrito Federal, que passou de R\$ 1.969,00 em maio para 2.169,00 em novembro, recuperando parte da perda que vinha registrando desde dezembro de 2010, quando foi de R\$ 2.206,00.

Entre maio e novembro de 2011, o rendimento médio real dos assalariados do setor público cresceu 9,22%, de R\$ 4.739,00 para R\$ 5.176,00, mas ainda aquém do valor recorde alcançado em dezembro de 2010 (R\$ 5.341,00).

Em relação à massa de rendimentos do trabalho no DF, a participação dos assalariados do setor público, que em 1992 era de 55,3%, caiu para 50,9% em 2003, mas a partir de então vem recuperando terreno, em decorrência da elevação dos níveis salariais e, não obstante o decréscimo do peso dos servidores públicos no total de ocupados, passou a representar 53,9% da massa de rendimentos em 2011. Em dezembro de 2011, esta participação chegou a 54,6%.

ASPECTOS GERAIS DA OCUPAÇÃO E DO RENDIMENTO DO TRABALHO NO DF: MULHERES, NEGROS, JOVENS E SERVIDORES PÚBLICOS

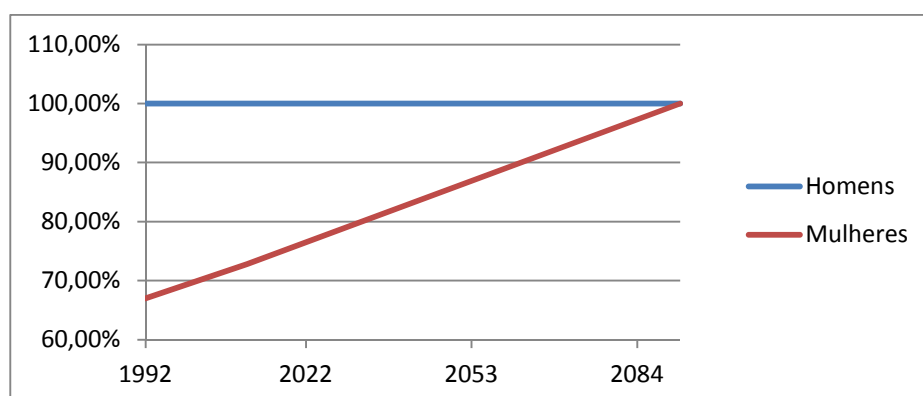
A análise da evolução do mercado de trabalho do Distrito Federal ao longo dos últimos 20 anos revela que a maior taxa de desemprego e o menor rendimento incide sobre grupos específicos, como as mulheres, os negros e os jovens.

Em relação à questão de gênero:

. A diferença entre o rendimento médio das mulheres e dos homens, embora decrescente, vem se reduzindo em ritmo bastante lento.

. Entre 1992 e 2011, o rendimento médio feminino passou de 67,5% para 72,8% do auferido pelos homens.

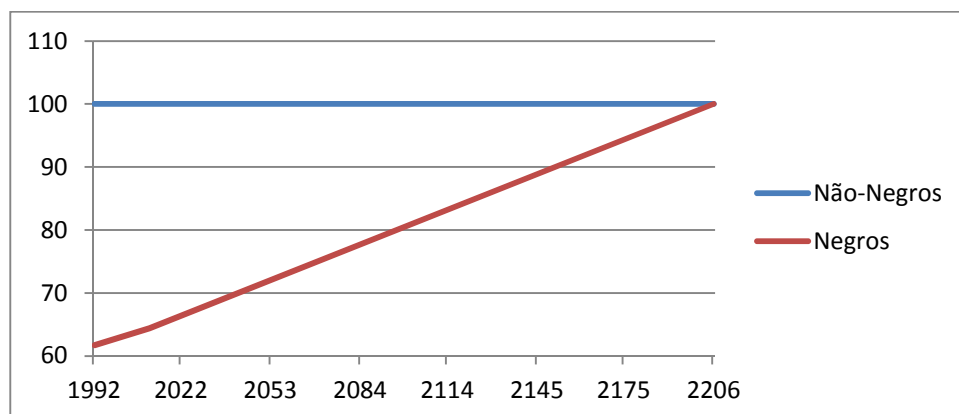
. **Mantido o atual ritmo de aproximação, os rendimentos médios de homens e mulheres se tornariam iguais em 81 anos, ou seja, em 2092.**



Em relação à questão de raça:

. A diferença entre o rendimento médio dos negros tem diminuído em relação aos não negros (brancos e amarelos), mas em ritmo ainda mais lento, tendo passado de 61,7% em 1992 para 64,4% em 2011.

Mantido o mesmo ritmo, os rendimentos médios de negros e não negros se igualariam em 195 anos, isto é, no ano 2206.



Em relação à taxa de desemprego, as diferenças são menos acentuadas entre negros e não negros, e tendem a se igualar mais rapidamente, tendo passado de 74,4% em 1992 para 85,2% em 2011.

Em relação à faixa etária:

. Ocorre uma enorme assimetria se compararmos a taxa entre os jovens de 18 a 24 anos (23,4% em 2011) e a da faixa acima, entre 25 e 39 anos (10,4%). O mais grave é que enquanto nesse último segmento a taxa de desemprego caiu em relação a 1992, na faixa de 18 a 24 anos ela se manteve inalterada.

Em relação ao vínculo empregatício:

Nos últimos anos, tem crescido a diferença de rendimento médio entre assalariados do setor público e trabalhadores do setor privado. Em 1992, esses últimos auferiam renda equivalente a 36,9% do rendimento médio dos servidores públicos, sendo de R\$ 1.254,00 e R\$ 3.394,00, respectivamente.

A relação caiu para 25,1% em 2011, com os rendimentos dos trabalhadores do setor privado tendo caído 2,2% em termos reais, para R\$ 1.227,00, ao passo que o dos servidores públicos aumentou em 44,1%, para R\$ 4.891,00.

QUADRO 03: DADOS GERAIS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL – 1992 A 2011

ANO	POPULAÇÃO TOTAL			MENORES DE 10 ANOS			POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA)			INATIVOS MAIORES 10 ANOS			POPULAÇÃO ECONÔMICAMENTE ATIVA (PEA)			PEA /PIA (%)	PESSOAL OCUPADO			DESEMPREGADOS			TAXA DESEM PREGO (%)
	Total	Variação		Total	Variação		Total	Variação		Total	Variação		Total	Variação			Total	Variação		Total	Variação		
		Abs	(%)		Abs	(%)		Abs	(%)		Abs	(%)		Abs	(%)			Abs	(%)		Abs	(%)	
1992	1.551			329			1.222			489			733			60,0	621			113			15,4
1993	1.582	31	2,0	320	- 9	- 2,7	1.262	40	3,3	506	17	3,5	756	23	3,1	59,9	645	24	3,9	111	- 2	- 1,8	14,7
1994	1.616	34	2,1	311	- 9	- 2,8	1.305	43	3,4	526	20	4,0	779	23	3,0	59,7	669	24	3,7	110	- 1	- 0,9	14,2
1995	1.664	48	3,0	316	5	1,6	1.348	43	3,3	538	12	2,3	810	31	4,0	60,1	686	17	2,5	125	15	13,6	15,4
1996	1.710	46	2,8	317	1	0,3	1.393	45	3,3	552	14	2,6	841	31	3,8	60,4	701	15	2,2	140	15	12,0	16,7
1997	1.759	49	2,9	320	3	0,9	1.439	46	3,3	548	- 4	- 0,7	891	50	5,9	61,9	727	26	3,7	164	24	17,1	18,4
1998	1.814	55	3,1	328	8	2,5	1.486	47	3,3	567	19	3,5	919	28	3,1	61,8	739	12	1,7	181	17	10,4	19,7
1999	1.873	59	3,3	337	9	2,7	1.536	50	3,4	583	16	2,8	953	34	3,7	62,0	742	3	0,4	210	29	16,0	22,1
2000	1.932	59	3,2	346	9	2,7	1.586	50	3,3	592	9	1,5	994	41	4,3	62,7	793	51	6,9	201	- 9	- 4,3	20,2
2001	1.989	57	3,0	351	5	1,4	1.638	52	3,3	604	12	2,0	1.034	40	4,0	63,1	822	29	3,7	212	11	5,5	20,5
2002	2.055	66	3,3	363	12	3,4	1.692	54	3,3	602	- 2	- 0,3	1.090	56	5,4	64,4	864	42	5,1	226	14	6,6	20,7
2003	2.104	49	2,4	357	- 6	- 1,7	1.747	55	3,3	621	19	3,2	1.126	36	3,3	64,5	869	5	0,6	257	31	13,7	22,9
2004	2.168	64	3,0	365	8	2,2	1.803	56	3,2	640	19	3,1	1.163	37	3,3	64,5	920	51	5,9	243	- 14	- 5,4	20,9
2005	2.236	68	3,1	374	9	2,5	1.862	59	3,3	659	19	3,0	1.203	40	3,4	64,6	975	55	6,0	228	- 15	- 6,2	19,0
2006	2.299	63	2,8	385	11	2,9	1.914	52	2,8	669	10	1,5	1.245	42	3,5	65,1	1.011	36	3,7	234	6	2,6	18,8
2007	2.360	61	2,7	383	- 2	- 0,5	1.977	63	3,3	695	26	3,9	1.282	37	3,0	64,8	1.055	44	4,4	226	- 8	- 3,4	17,7
2008	2.435	75	3,2	384	1	0,3	2.051	74	3,7	710	15	2,2	1.341	59	4,6	65,4	1.119	64	6,1	222	- 4	- 1,8	16,6
2009	2.492	57	2,3	382	- 2	- 0,5	2.110	59	2,9	732	22	3,1	1.378	37	2,8	65,3	1.160	41	3,7	218	- 4	- 1,8	15,8
2010	2.546	54	2,2	372	- 10	- 2,6	2.174	64	3,0	774	42	5,7	1.400	22	1,6	64,4	1.209	49	4,2	191	- 27	- 12,4	13,6
2011	2.603	57	2,2	364	- 8	- 2,2	2.239	65	3,0	836	62	8,0	1.403	3	0,2	62,7	1.229	20	1,7	174	- 17	- 8,9	12,4

Fonte: PED/DF e cálculos Cofecon

QUADRO 04: PESSOAL OCUPADO E VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO E SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA NO DISTRITO FEDERAL

Período	Pessoal Ocupado Total	Setor Público	Administração Pública	Serviços Públicos	Setor Privado/Autôn.	Serviços Privados	Comércio	Indústria Transformação	Construção Civil	Setor Primário
CONTINGENTE OCUPADO NO SEGMENTO (EM MILHARES)										
1992	621	197	125	72	424	261	93	27	34	9
2003	869	227	163	64	642	435	136	32	31	8
2010	1.209	270	199	71	939	620	189	49	67	14
2011	1.229	277	196	81	952	630	197	47	68	10
CONTINGENTE OCUPADO NO SEGMENTO (EM MILHARES)										
DEZEMBRO 2010	1.206	278	205	73	928	614	183	52	69	10
MAIO 2011	1.219	264	188	76	955	625	206	47	67	10
DEZEMBRO 2011	1.253	294	204	90	959	639	192	47	71	10
AUMENTO NO SEGMENTO (EM MILHARES)										
DEZ 10 A MAI 11	13	- 14	- 17	3	27	11	23	- 5	- 2	0
MAI 11 A DEZ 11	34	30	16	14	4	14	- 14	0	4	0
MAI 11 A DEZ 11	47	16	- 1	17	31	25	9	- 5	2	0
VARIAÇÃO NO PERÍODO CONSIDERADO (EM %)										
DEZ 10 A MAI 11	1,1	- 5,0	- 8,3	4,1	2,9	1,8	12,6	- 9,6	- 2,9	0
MAI 11 A DEZ 11	2,8	11,4	8,5	18,4	0,4	2,2	- 6,8	0	6,0	0
DEZ 10 A DEZ 11	3,9	5,8	- 0,5	23,3	3,3	4,1	4,9	- 9,6	2,9	0

Fonte: PED/DF e cálculos Cofecon